



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 278/07
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO
SESSÃO 76ª de 18 DE ABRIL 2007
PROCESSO Nº 1/0399/2005
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/200414541
RECORRENTE: VW COMERCIAL DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS
RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
CONS. RELATORA : HELENA LÚCIA BANDEIRA FARIAS

EMENTA: DEIXAR DE EMITIR DOCUMENTOS FISCAIS ATRAVÉS DO PED QUANDO OBRIGADO.

Decisão **PARCIALMENTE PROCEDENTE** por unanimidade de votos. O contribuinte deixou de cadastrar-se no PED e de cumprir o que determina o Art 285 § 1º do Decreto Nº 24.569/97, em conformidade com a Lei 13.082/2000, tal obrigatoriedade passou a ser exigida a partir de 1º julho de 2002, conforme Decreto Nº 26.187/2001. Foi excluído do montante da base de cálculo lançada na inicial, as vendas realizadas através de "Cupom Fiscal" E SÉRIE "D", uma vez que, em tais operações, a exigência da emissão do documento fiscal através do PED, não é devida, daí a Parcial Procedência do feito. Aplicando-se como penalidade a sanção prevista no Art. 123 inciso VII-B alínea "b" da Lei 12.670/96.

RELATÓRIO:

A empresa supracitada é acusada de deixar de utilizar o sistema de processamento eletrônico de dados (PED), quando estava obrigada, desde 2001, em conformidade com o seu faturamento.

A ação fiscal foi contestada tempestivamente pelo autuado em 1ª Instância.

O julgador singular, após analisar as razões da impugnação, decide pela manutenção da ação fiscal em todos os seus termos.

• Inconformado com a decisão singular, o autuado ingressa com recurso voluntário argumentando que:

- ✓ A falta de clareza da acusação fiscal.
- ✓ Que a penalidade aplicada tem caráter confiscatório, ferindo o princípio da proporcionalidade.
- ✓ Que houve somente um descumprimento de uma obrigação acessória.

O parecer da Consultoria Tributária foi no sentido de que a decisão singular de procedência da autuação seja mantida.

A douta Procuradoria Geral do Estado elegeu referido parecer acolhendo a procedência da acusação, porém, em sessão modificou referido parecer sugerindo a parcial procedência do feito.

É o Relato.

VOTO:

A empresa acima identificada foi autuada por deixar registrar e conseqüentemente de utilizar o sistema eletrônico de Processamento de dados, (PED), quando obrigado desde 2001.

Inicialmente o recurso voluntário argumenta a falta de clareza da acusação fiscal, que a penalidade aplicada tem caráter confiscatório e fere ao princípio da proporcionalidade, e que houve somente um descumprimento de uma obrigação acessória.

Com respeito às argumentações do recurso voluntário, observamos que o relato do auto de infração, bem como, a informação complementar, não

deixa dúvida quanto à infração cometida pelo autuado, com relação à multa aplicada, esta não tem qualquer caráter confiscatório, uma vez que, estão vinculadas diretamente as vendas registradas pelo contribuinte, na proporção de 5% (cinco por cento) do valor da operação, não há cobrança do principal, sendo de fato uma multa específica à infração, por descumprimento de uma obrigação acessória.

Conforme determina o Art. 2º. Inciso II alínea "e" do Decreto Nº. 26.187/2001, durante o período fiscalizado, janeiro a junho de 2004, o contribuinte já estava obrigado a utilizar o Sistema Eletrônico de Processamento de Dados (PED), desde 1º de julho de 2001, de acordo com o seu faturamento anual, que foi de R\$ 1.577.335,00 (um milhão quinhentos e setenta e sete mil, trezentos e trinta e três reais), deixando também de informar ao fisco suas operações em meio magnético a SEFAZ.

O Sistema Eletrônico de processamento de dados determina a emissão de documentos fiscais de forma informatizada, porém, não se dispensa a obrigatoriedade da emissão do "Cupom Fiscal", nos casos previstos na legislação, Art. 2º. § único da Lei 13.082/2000.

Considerando que o contribuinte fiscalizado possui como atividade principal, a venda de móveis e eletrodomésticos, e que grande parte de suas vendas são destinadas a consumidor final, onde se emite tão somente "Cupom Fiscal" ou Nota fiscal série "D".

Considerando que o autuante estabeleceu como base de cálculo da infração, o total das saídas efetuadas pelo contribuinte durante o período fiscalizado, em conformidade com o declarado na GIM, sem exclusão do montante relativo aos documentos emitidos para consumidor final, através do ECF e Notas Fiscais série "D".

Por tal razão, esta Câmara de julgamento, através de Despacho, (fls. 44), solicitou uma perícia fiscal, para excluir do montante da base de cálculo lançada na inicial, as vendas realizadas através de "Cupom Fiscal" e notas fiscais série "D", uma vez que, em tais operações, a exigência da emissão do documento fiscal através do PED, não é devida.

O laudo pericial anexo aos autos fls. 45 e 46, indica que realizadas as exclusões, o montante da base de cálculo totalizou R\$ 176.050,01 (cento e setenta e seis mil cinqüenta reais e um centavos).

A penalidade aplicada de acordo com a infração cometida e apontada na inicial deve ser a indicada no Art. 123 inciso VII-B alínea "b", conforme descrito abaixo:

Art. 123. As infrações a legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso;

(...)

VII_B – faltas relativas ao uso irregular de sistema eletrônico de processamento de dados:

(...)

b) emitir documento fiscal por meio diverso, quando obrigado a sua emissão por sistema eletrônico de processamento de dados: multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor da operação ou da prestação;

Uma vez reduzido o montante a ser recolhido lançado na peça inicial, deve-se decidir pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** do feito.

Desse modo, voto pelo conhecimento dos recursos voluntário, dando-lhe parcial provimento, para reformar a decisão Condenatória proferida em 1ª Instância, julgando **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, de acordo como parecer da douta Procuradoria Geral do Estado, alterado oralmente em sessão.

É o voto.

DEMONSTRATIVOS:

BASE DE CÁLCULO R\$ 176.050,01

MULTA 5% R\$ 8.802,50

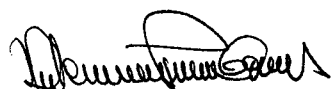
DECISÃO:

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **VW COMWERCIAL DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS** e recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**.

RESOLVEM os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos conhece do recurso voluntário, dar-lhe parcial provimento, para reformar a decisão CONDENATÓRIA proferida em 1ª Instância julgando **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal, nos termos do voto da Conselheira, e parecer da douda Procuradoria Geral do Estado, alterado oralmente em sessão. Ausentes por motivo justificado os conselheiros, Frederico Hozanan pinto de Castro e Fernanda Rocha Alves do Nascimento.


SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 15 de 06 2007.


Ana Maria Martins Timbo Holanda
PRESIDENTE


Dulcimeire Pereira Gomes
CONSELHEIRA


Ma Elineide Silva e Souza
CONSELHEIRA


Helena Lúcia Bandeira Farias
CONSELHEIRA RELATORA


Magna Vitória de Guadalupe S. Martins
CONSELHEIRA

Matteus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO

Maryana Costa Canamary
CONSELHEIRA


Frederico Hozanan P. de Castro
CONSELHEIRO


p/ Fernanda Rocha A. do Nascimento
CONSELHEIRA

José Gonçalves Feitosa
CONSELHEIRO